

Concessionária de
Rodovia Sul-
Matogrossense S.A.

(Companhia aberta)

**Demonstrações financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de
2023 e 2022.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	19
Balancos patrimoniais	23
Demonstrações dos resultados	24
Demonstrações dos resultados abrangentes	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	26
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	27
Demonstrações do valor adicionado	28
Notas explicativas às demonstrações financeiras	29

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 (“contrato de concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referente a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Estado de Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão e passa por 21 cidades limdeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O contrato de concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3 Destaques de 2023

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão, entre a Companhia e o Poder Concedente, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para até 12 de março de 2025.

Em 14 de agosto de 2023, a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que indicou o percentual positivo de 16,82%. Está deliberação entrou em vigor a partir da zero hora do dia 18 de agosto de 2023.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 O mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica do setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

2.2 Desempenho

Em R\$ mil	2023	2022	Var.%
Receita líquida	224.392	205.812	9,0%
Receita de pedágio	179.458	164.251	9,3%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	2.272	37.844	-94,0%
Outras receitas (a)	69.580	27.212	155,7%
(-) Deduções da receita bruta	(26.918)	(23.495)	14,6%
(-) Custos e despesas (b)	(436.198)	(451.591)	-3,4%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(2.272)	(37.844)	-94,0%
Demais custos e despesas	(433.926)	(413.747)	4,9%
(-) Resultado financeiro líquido	(119.205)	(65.808)	81,1%
(-) Imposto de renda e contribuição social	1.117	5.449	-79,5%
Prejuízo líquido	(329.894)	(306.138)	7,8%
(+) Resultado financeiro líquido	(119.205)	(65.808)	81,1%
(+) Imposto de renda e contribuição social	1.117	5.449	-79,5%
EBIT (c)	(447.982)	(366.497)	22,2%
Margem EBIT	-199,6%	-178,1%	0,12 p.p.
EBIT Ajustado	(447.982)	(366.497)	22,2%
Margem EBIT ajustada (d)	-201,7%	-218,2%	-0,08 p.p.
(+) Depreciação/amortização	59.590	59.479	0,2%
EBITDA (c)	(388.392)	(307.018)	26,5%
Margem EBITDA	-173,1%	-149,2%	0,16 p.p.
EBITDA ajustado	(388.392)	(307.018)	26,5%
Margem EBITDA ajustada (e)	-174,9%	-182,8%	0,04 p.p.
Dívida líquida	641.005	698.093	-8,2%
Investimentos	9.233	38.232	-75,9%
Veículos equivalentes (em milhares)	56.049	51.368	9,1%

- (a) Outras receitas: receitas acessórias + receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente;
- (b) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas + outras receitas e despesas operacionais;
- (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM n.º 156/2022;
- (d) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais; e
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

2.2.1 Receita Líquida

Receita de pedágio: Em 2023 a arrecadação totalizou R\$ 179.458 em receita de pedágio, comparando com 2022 apresentou-se aumento de 9,3%. A diferença é em decorrência do aumento de tráfego em 2023 e reajuste tarifário aplicado a partir de agosto de 2023.

Receita de construção: Em 2023 a receita de construção ficou em R\$ 2.272, comparando com 2022 o saldo é menor em 94,0%, devido a conclusão da implantação do dispositivo Interconexão Diamante, no km 258 da BR-163/MS. Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 47 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Outras receitas: Referem-se às receitas acessórias e a receita de remuneração do contas a receber do Poder Concedente. As receitas acessórias são receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica.

Em 2023, as receitas acessórias foram maior em 10,8% comparando com o ano anterior devido aos reajustes contratuais, esses reajustes são feitos anualmente, considerando o mês de assinatura do contrato, utilizando como base o índice de IPCA do mês de fevereiro, conforme definido pela Resolução n.º 2.552 de 15 de fevereiro de 2008 da ANTT. (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A remuneração de contas a receber do Poder Concedente são os valores dos bens reversíveis anteriormente classificados como ativo imobilizado e intangível, líquidos de suas amortizações pela curva de benefício econômico e depreciações pela vida útil à incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a relicitação ocorra, ajustado pela diferença de critério de amortização linear calculado na data-base destas demonstrações financeiras, ajuste de critério de capitalização de juros SELIC vs. TJLP, atualização do saldo pelo IPCA e a estimativa de excedente tarifário.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais reduziram 3,4% no exercício de 2023 em relação a 2022, alcançando o valor de R\$ 436.198. Esta variação deve-se principalmente a conclusão da implantação do dispositivo Interconexão Diamante, no km 258 da BR-163/MS em 2022, em função da assinatura do aditivo.

2.2.3 Investimentos

Durante o exercício de 2023, foram investidos R\$ 9.233 em obras, equipamentos e veículos. Esses valores, quando adicionados aos R\$ 38.232 realizados em 2022, perfazem o montante de R\$ 1.848.115 realizados nos 8 anos de implementação do plano de investimentos da Companhia.

Além destes, segue em andamento:

- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

2.2.4 Captação de Recursos

Os investimentos pactuados no contrato de concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646.000 com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109.915. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587.039. Além disso, no mesmo ano a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527.288 e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210.000. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu R\$

147.050 de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107.405 dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal. A Companhia não obteve novos desembolsos desde março de 2017.

A Companhia não teve novas captações em 2023 e não contratou novos financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido gerado pela Companhia foi de R\$ (120.790), representando -64,0% da Receita Operacional Bruta, o que representa um decréscimo de 26,8% em relação a 2022, em que o valor adicionado foi de R\$ -165.067 representando 95,62% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social (art. 28) determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de três anos reverterão em favor da Companhia. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de: (i) lucros acumulados; ou (ii) de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia continua com a prestação de serviços de atendimento aos usuários da BR-163/MS com socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional 24 horas, todos os dias do ano, buscando com excelência torná-la uma Rodovia da Vida.

2.2.8 Gestão da Qualidade

No exercício de 2023, a Companhia manteve a certificação NBR ISO 14001 versão 2015 compreendendo o escopo: cobrança de receitas acessórias na faixa de domínio, monitoramento do tráfego pelo centro de controle operacional e através do 0800, canal de ouvidoria para recebimento e tratativa de reclamações, sugestões e solicitações, serviço de atendimento ao usuário (SAU) através de resgate médico, resgate mecânico, inspeção de tráfego, combate a princípio de incêndio e apreensão e/ou afugentamento e resgate de animais, arrecadação da tarifa de pedágio, monitoração e conservação da faixa de domínio e fiscalização de serviços ambientais nas frentes de obras do sistema rodoviário da BR-163/MS.

O objetivo da norma é “prover à organização uma estrutura para proteção do meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades socioeconômicas”.

Através do Sistema de Gestão Ambiental é possível proteger o meio ambiente, melhorar a eficiência do desempenho e reduzir custos, reafirmando o comprometimento da concessionária na participação ativa para o desenvolvimento socioambiental regional.

2.2.9 Recursos Humanos

Em 2023 foram contratados 165 novos colaboradores para diversas áreas da Companhia. A média/ano de *turnover* ficou em 1,08%. O destaque está nas capacitações internas (NR's 5, 6, 11 e 12, PTI – Programa de Treinamento Interno do APH e Tráfego), o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

Encerramos 2023 com 715 colaboradores próprios e 612 colaboradores terceirizados.

3. Indicadores Operacionais

Em 11 de outubro de 2023, a Companhia completou nove anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional.

As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.



3.1 Caracterização do Tráfego

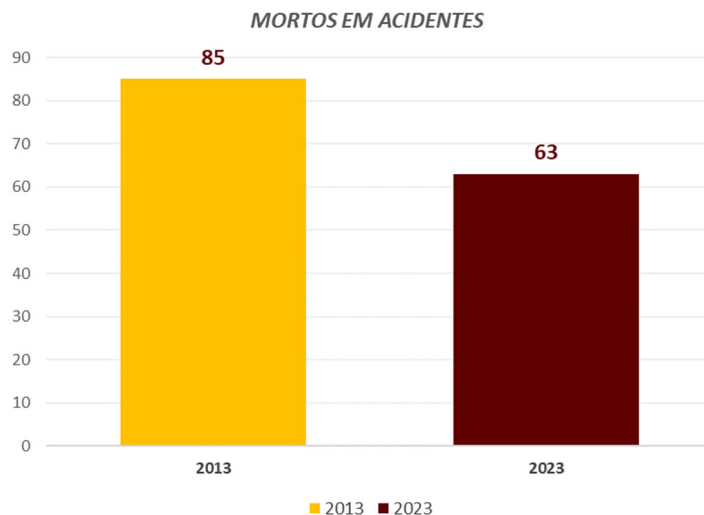
3.1.1 Volume

Na tabela é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês em cada Praça de Pedágio, sem evasão.

	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	TOTAL
Janeiro	14.715	15.959	15.556	13.366	20.186	22.349	19.089	16.489	15.661	153.370
Fevereiro	12.500	13.989	14.004	12.567	18.977	21.355	18.283	15.357	14.459	141.491
Março	12.989	14.282	14.952	13.591	20.085	21.894	17.945	14.354	13.884	143.976
Abril	10.634	13.183	13.016	12.509	18.399	20.617	16.409	13.031	12.233	130.031
Maio	11.644	15.403	13.732	12.630	18.768	21.912	18.027	14.723	13.647	140.486
Junho	13.015	16.031	15.039	13.236	19.510	22.928	19.204	16.078	15.258	150.299
Julho	14.886	18.723	17.213	15.056	21.032	25.003	20.802	17.385	16.558	166.658
Agosto	16.665	20.657	17.966	15.176	20.147	24.228	19.785	15.838	14.971	165.433
Setembro	16.065	19.257	17.189	13.984	20.502	24.218	20.068	16.616	15.798	163.697
Outubro	15.748	19.039	17.066	14.278	21.276	24.421	20.210	17.015	16.030	165.083
Novembro	16.209	19.659	16.574	13.816	20.608	24.262	20.446	16.902	15.777	164.253
Dezembro	13.968	17.267	15.219	13.853	20.209	23.451	19.681	17.006	15.936	156.590
2023	14.101	16.977	15.642	13.684	19.985	23.068	19.171	15.907	15.025	153.560

3.1.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2022 foram registrados 1.557 acidentes, em 2023 houve um aumento no número de acidentes, foram registrados foram 1.704 acidentes no período. Esse acréscimo é justificado mediante a variação do tráfego em 2023 em relação a 2022, que foi 9% maior em número de eixos equivalentes. Comparando o número de vítimas fatais com 2013 quando a rodovia não era concessionada houve uma redução de 26%.



Abaixo são demonstrados os valores de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por quantidade de eventos, tipos de ocorrências e com número de pessoas envolvidas no exercício corrente e comparativo mensal com ano anterior e apresentamos os índices comparados ao ano anterior, onde demonstra que mesmo com a elevação do número de acidentes, nosso índice com Acidentes com Mortos (Im) ficou 3,5% menor em relação ao ano de 2022.

Acidentes - 2023

2023	Acumulado	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Total acidentes	1.704	135	116	111	145	130	127	177	163	144	149	149	158
Acidentes c/ vítimas feridas	622	57	37	44	59	47	44	55	58	56	56	58	51
Acidentes s/ vítimas	1.036	75	77	64	84	78	77	113	103	85	91	88	101
Acidentes c/ mortos	46	3	2	3	2	5	6	9	2	3	2	3	6
Vítimas feridas	1.001	117	46	74	66	63	91	79	132	83	70	91	89
Mortos	63	4	2	10	2	8	7	11	3	3	2	4	7

Índice Anual - BR163/MS

Acidentes	Unid	2022	2023	Δ %
VDM - Volume Diário Médio	Veículos	6.395	6.771	6%
Extensão controlada	km	845,40	845,40	-
Dias no período	Dias	365	365	-
Total acidentes	Ocorrências	1.557	1704	9,4%
Acidentes c/ vítimas feridas	Ocorrências	644	622	-3,4%
Acidentes s/ vítimas	Ocorrências	868	1036	19,4%
Acidentes c/ mortos	Ocorrências	45	46	2,2%
Vítimas feridas	Pessoas	932	1001	7,4%
Mortos	Pessoas	52	63	21,2%
Índice de acidentes - Ia	Índice	0,789	0,82	3,4%
Índice de Mortalidade - Im	Índice	2,280	2,20	-3,5%
Índice de Mortos - IM	Índice	2,64	3,02	14,4%

$$Ia = \frac{(n^{\circ} \text{ de acidentes} \times 10^6)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})} \quad I_m = \frac{(n^{\circ} \text{ de acidentes c/mortos} \times 10^6)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})} \quad I_f = \frac{(n^{\circ} \text{ de Vítimas feridas} \times 10^6)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})}$$

3.2 Dados de Operação da Concessão

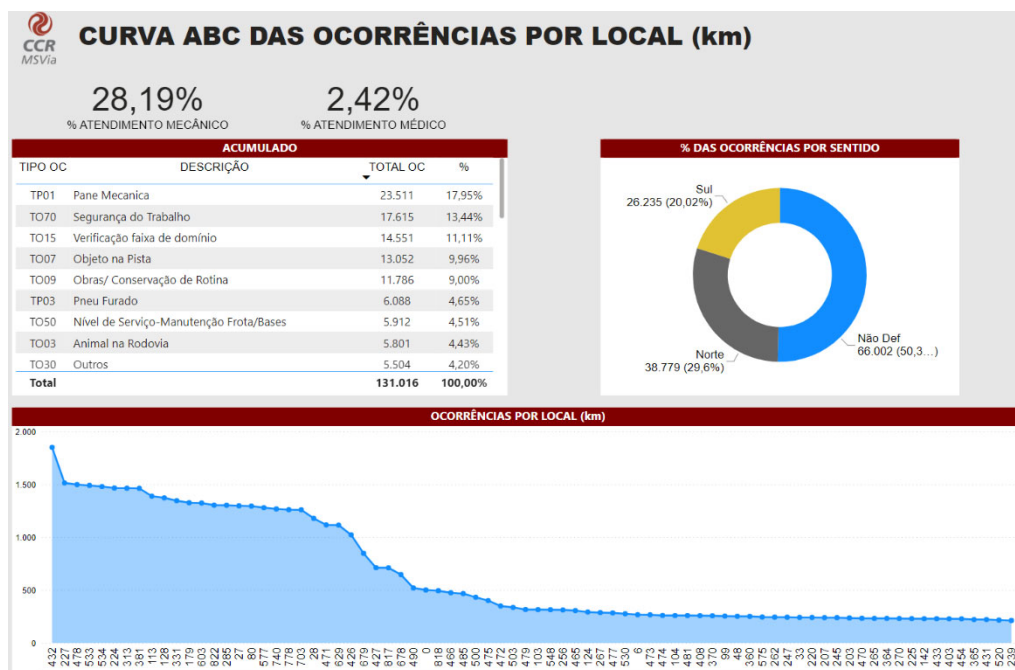
3.2.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo Veiculo	Quantidade	Qtde/100km
Guincho leve	17	2,01
Guincho pesado	8	0,95
Veículo de inspeção	19	2,25
Ambulância de resgate - Tipo C	12	1,42
Ambulância de suporte avançado - Tipo D	5	0,59
Caminhão pipa	5	0,59
Caminhão apreensão de animais	5	0,59
Manutenção de equipamentos	13	1,54
Administrativo	42	4,97
Fiscalização (ANTT)	4	0,47
Sela trinca	2	0,24
Veículos de pintura	3	0,36
Total	135	15,98

No exercício de 2023, foram registrados 131.016 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 114.482 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 38.866 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 4.931 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate;
- 79.908 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais.



3.2.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela as quantidades de colaboradores empregados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de colaboradores pelo VDMA (volume diário médio anual equivalente) da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de colaboradores pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Assistente administrativo	1	0,07
Assistente conservação rodovias	7	0,46
Assistente ouvidoria	1	0,07
Auxiliar conservação rodovias	1	0,07
Controlador(a) rodovias	15	0,98
Coordenador operaçõess	2	0,13
Farmaceutico(a) responsavel tecnico	1	0,07
Fiscal obras	1	0,07
Lider enfermagem APH	25	1,63
Motorista APH	96	6,25
Operador(a) trafego	163	10,61
Socorrista APH	101	6,58

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Supervisor(a) APH	1	0,07
Supervisor(a) CCO rodovias	1	0,07
Supervisor(a) trafego	4	0,26
Tecnico(a) enfermagem trabalho	1	0,07
Total Operacional	421	27,42
Coordenador operações	1	0,07
Lider pedagio	14	0,91
Operador(a) pedagio	160	10,42
Total pedágio	175	11,40
Almoxarife	4	0,26
Analista administração	1	0,07
Analista comunicação	1	0,07
Analista contrato de concessão	1	0,07
Analista Engenharia	3	0,20
Analista planejamento e controle	1	0,07
Analista suporte TI jr.	1	0,07
Assistente administrativo	7	0,46
Assistente comunicação	1	0,07
Assistente conservacao rodovias	2	0,13
Assistente contratos concessão	1	0,07
Assistente engenharia	1	0,07
Assistente gente CSC	1	0,07
Assistente meio ambiente	2	0,13
Assistente planejamento operaçõess	1	0,07
Assistente planejamento controle	1	0,07
Assistente suprimentos	1	0,07
Auxiliar administrativo	6	0,39
Auxiliar conservação rodovias	16	1,04
Coordenador manutencao civil	1	0,07
Coordenador manutencao equipamento e sistema	1	0,07
Coordenador planejamento e controle	1	0,07
Coordenador qualidade pavimento	1	0,07
Coordenador SGI	1	0,07
Engenheiro seguranca trabalho	1	0,07
Especialista gente - parceiro negocios	1	0,07
Fiscal obras	4	0,26
Gerente executivo operações	1	0,07
Medico do trabalho	1	0,07
Operador(a) pedagio	3	0,20
Supervisor engenharia	2	0,13
Supervisor engenharia obras	1	0,07
Supervisor meio ambiente	1	0,07
Supervisor planejamento do atendimento	1	0,07

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Supervisor qualidade	1	0,07
Supervisor(a) conservação rodovias	10	0,65
Supervisor(a) <i>facilities</i>	1	0,07
Supervisor(a) manut. eqpto. sistemas	3	0,20
Supervisor(a) manut. frota	1	0,07
Tecnico(a) manut. equipto. sistemas	15	0,98
Tecnico(a) manut. frota	6	0,39
Tecnico(a) segurança trabalho	4	0,26
Tecnico(a) suporte sistemas	5	0,33
Total áreas de apoio	119	7,75
Total Geral	715	46,56

3.3 Aspectos Financeiros

Nos quadros a seguir temos um breve detalhamento de alguns números da Companhia.

- Receita de Pedágio/Acessória (em R\$ mil)

Em 2023	Acumulada
188.733	2.106.077

- Investimentos (em R\$ mil)

Em 2023	Acumulado
9.233	1.848.115

- Custos Operacionais (em R\$ mil)

Em 2023	Acumulado
436.198	4.170.589

- ISS Repassados (em R\$ mil)

A tabela mostra o total de ISS repassados para as prefeituras no exercício de 2023 e o acumulado desde o início da concessão.

Em 2023	Acumulado
24.943	208.383

- Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes as tarifas praticadas no exercício de 2023 em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Eixos	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
1	R\$ 6,00	R\$ 8,20	R\$ 8,20	R\$ 8,30	R\$ 9,10	R\$ 7,10	R\$ 6,90	R\$ 9,10	R\$ 6,80
2	R\$ 12,00	R\$ 16,40	R\$ 16,40	R\$ 16,60	R\$ 18,20	R\$ 14,20	R\$ 13,80	R\$ 18,20	R\$ 13,60
3	R\$ 18,00	R\$ 24,60	R\$ 24,60	R\$ 24,90	R\$ 27,30	R\$ 21,30	R\$ 20,70	R\$ 27,30	R\$ 20,40
4	R\$ 24,00	R\$ 32,80	R\$ 32,80	R\$ 33,20	R\$ 36,40	R\$ 28,40	R\$ 27,60	R\$ 36,40	R\$ 27,20
5	R\$ 30,00	R\$ 41,00	R\$ 41,00	R\$ 41,50	R\$ 45,50	R\$ 35,50	R\$ 34,50	R\$ 45,50	R\$ 34,00
6	R\$ 36,00	R\$ 49,20	R\$ 49,20	R\$ 49,80	R\$ 54,60	R\$ 42,60	R\$ 41,40	R\$ 54,60	R\$ 40,80
7	R\$ 42,00	R\$ 57,40	R\$ 57,40	R\$ 58,10	R\$ 63,70	R\$ 49,70	R\$ 48,30	R\$ 63,70	R\$ 47,60
8	R\$ 48,00	R\$ 65,60	R\$ 65,60	R\$ 66,40	R\$ 72,80	R\$ 56,80	R\$ 55,20	R\$ 72,80	R\$ 54,40
9	R\$ 54,00	R\$ 73,80	R\$ 73,80	R\$ 74,70	R\$ 81,90	R\$ 63,90	R\$ 62,10	R\$ 81,90	R\$ 61,20

3.4 Concessionária em números

Dados anuais 2023		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	845	
Número de veículos que transitaram	19.103.404	Quantidade por tamanho (leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves	10.442.317	
Motos	293.496	
Caminhões	8.287.764	
Ônibus	79.827	
Veículos isentos	39.659	
Motos isentas	11	
Número de praças de pedágios	9	
Tarifa		Tarifa (informação detalhada no item 3.3)
P1 – Mundo Novo	6,00	
P2 – Itaquirai	8,20	
P3 – Caarapó	8,20	
P4 – Rio Brilhante	8,30	
P5 – Campo Grande	9,10	
P6 – Jaraguari	7,10	
P7 – São Gabriel do Oeste	6,90	
P8 – Rio Verde	9,10	
P9 – Pedro Gomes	6,80	
Número de quilômetros mantidos	845	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	153.560	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	52.340	Média anual
Equip. utilizadas pelo concessionário		Veículos, maquinaria, balanças, etc.
Praças de pedágio	9	
Bases operacionais	17	
Balanças	3	
Ambulâncias de resgate	17	
Guincho leve	17	
Guincho pesado	8	
Veículo inspeção de tráfego	19	
Veículo apreensão de animais	5	

Dados anuais 2023		Unidade de medida ou comentário
Veículo caminhão pipa	5	
Índices de qualidade de estrada	N/A	Por exemplo, índice de rugosidade
Receita de pedágio	179.458	Expresso em milhares de reais
Custos associados às receitas de pedágio	26.918	Expresso em milhares de reais
<u>Fator Trabalho</u>		
Número de Trabalhadores	715	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	421	
Pedágio	175	
Áreas de apoio	119	
Despesas de Pessoal	61.774	
Operacional	36.373	
Pedágio	15.120	
Áreas de apoio	10.281	
<u>Fator Capital</u>		
Despesas de depreciação	59.479	Regra de depreciação empregada
Ativo líquido	91.837	Caixa e Equivalentes de Caixa
Ativo bruto	858.774	
Série histórica dos investimentos	1.848.115	Em unidades monetárias
Custo de oportunidade do capital	(106.926)	Custo de capital
<u>Fatores Intermediários</u>		
Despesas em administração	252.652	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em manutenção	165.387	Valores monetários
Outras despesas	17.786	
<u>Seguridade</u>		
Quantidade de acidentes	1.704	Na medida do possível, separados entre aquele em que houve vítimas ou apenas danos e lesões
Acidentes c/ vítimas feridas	622	
Acidentes s/ vítimas	1.036	
Acidentes c/ mortos	46	
Vítimas feridas	1.001	
Mortos	63	
<u>Indicadores</u>		
Receita por veículo ou KM	1,17	
Custo por veículo ou KM	3,24	
Quilômetros de rodovia	845	

3.5 Balanço Social

	2023	2022
Faturamento bruto	251.310	229.307
Receita líquida (RL)	224.392	205.812
Resultado operacional (RO)	(211.806)	(245.779)
Folha de pagamento bruta (FPB)	61.774	56.096
Folha de pagamento bruta - total remunerações	23.872	24.339

4. Demais Assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CCR S.A..

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo Siqueira Moraes Camargo o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Pedro Paulo Archer Sutter e Roberto Penna Chaves Neto. A Diretoria, composta por três membros foi eleita pelo Conselho de Administração: Fausto Camilotti, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, como diretores eleitos: Guilherme Motta Gomes e Eduardo Siqueira Moraes Camargos.

4.2 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos *rating* AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O *score* do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste relatório.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#).

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:
<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários.

Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas ao local aos sábados. Desde 2022, a CCR S.A. é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a CCR S.A. patrocina há sete anos a Flipelô (Festa Literária Internacional do Pelourinho) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador ouro e parceiro oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas.

O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos.

O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benfeitorias para as escolas.

O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos.

Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população.

O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.4 Compromissos

A Companhia está em conformidade aos Princípios do Equador segundo o 2º Relatório de Monitoramento Socioambiental elaborado pela Concessionária que contém as informações relacionadas a verificação do cumprimento do Plano de Ação Socioambiental (ESAP) atestando que as diretrizes Socioambientais estão sendo atendidas.

Em 2023 a Companhia realizou Campanhas Educativas para os usuários da rodovia.

4.5 Destaques do exercício

Demonstrando sua sólida convicção na integridade, a Companhia empenhou-se, ao longo de 2023, na obtenção da certificação ISO 39001 - Sistema de Gestão da Segurança Viária. Ao submeter-se à auditoria realizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o processo foi concluído com pleno êxito, não sendo identificada qualquer falha em nossos procedimentos na área de Segurança Viária.



4.6 Reconhecimento

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2023 foram:

- Em 2023, a Companhia alcançou a 5ª posição na classificação geral das concessionárias federais, pertencente à classe B, e obteve o prestigioso 1º lugar no Grupo CCR no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) das Concessões de Rodovias Federais - Edição 2023. “Esse resultado representa o reconhecimento do excelente desempenho no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) para o setor de infraestrutura de transportes, promovendo a adoção de boas práticas na gestão socioambiental. O propósito do IDA é avaliar a progressão qualitativa e o comprometimento socioambiental das concessionárias federais.”
- CAIXA – PRINCÍPIOS DO EQUADOR - A Companhia obteve a reclassificação da Caixa Econômica Federal nos padrões dos Princípios do Equador, passando da categoria A (riscos/impactos socioambientais alto) para B (riscos/impactos socioambientais médio) do projeto, conforme informado pela área de risco socioambiental do respectivo banco, a mudança de categoria só foi possível devido a Excelente Gestão Socioambiental da Companhia, Com base nas 12 auditorias semestrais conduzidas por consultorias independentes especializadas e nos 2 relatórios de monitoramento interno relativos aos padrões de desempenho de sustentabilidade, nos quesitos: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais, Condições de Emprego e Trabalho, Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição, Saúde e Segurança, Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário, Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos, Povos Indígenas / Quilombolas e Patrimônio Cultural.
- Elogios pelos clientes da Rodovia BR-163/MS: No ano de 2023, nossos colaboradores do Atendimento receberam um total de 2.123 elogios, evidenciando o notável comprometimento e dedicação demonstrados por nossa equipe, conforme expresso pelos clientes através do canal 0800.

4.7 Considerações Finais

4.7.1 Agradecimentos

Neste exercício de 2023 a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Companhia agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

4.7.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

4.7.3 Cláusula Compromissória

O Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.7.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Campo Grande, 29 de fevereiro de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Campo Grande – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro indenizável (Contas a Receber do Poder Concedente)

Veja as Notas 1 e 7 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 10 de Junho de 2021 foi assinado o 1º Termo Aditivo, entre a MSVia e o Poder Concedente, referente ao contrato de concessão para o trecho de rodovia entre a divisa do Estado do Mato Grosso e o Paraná.</p> <p>Esse 1º Termo Aditivo estabelece que quando extinta a concessão, a Companhia terá o direito à indenização do saldo residual da: (i) infraestrutura; e (ii) dos equipamentos utilizados para operar a infraestrutura (ambos, bens reversíveis e indenizáveis) ajustados de acordo com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019.</p> <p>Como os bens reversíveis e indenizáveis representam um direito contratual incondicional de receber caixa do Poder Concedente, a Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2023 um Contas a Receber do Poder Concedente.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto e às incertezas relacionadas a aplicação do cálculo para se estimar o saldo de contas a receber do Poder Concedente, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Inspeção, em base amostral, dos documentos que suportam as adições ocorridas durante o exercício, tais como nota fiscal, medições, comprovantes de pagamento;(ii) Teste da aplicação dos cálculos matemáticos dos valores reconhecidos como ativos financeiros, correspondente aos bens reversíveis e indenizáveis, avaliando se foram elaborados de forma consistente com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019 e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do Contas a Receber do Poder Concedente;(iii) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria foram identificados ajustes que, apesar de imateriais, afetaram o Contas a Receber do Poder Concedente, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia no contexto das demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do Contas a Receber do Poder Concedente bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

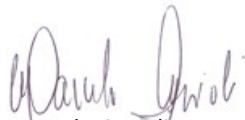
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		129.398	1.134.876
Caixa e equivalentes de caixa	6	91.837	74.275
Aplicações financeiras	6	3.955	1.775
Contas a receber das operações	7.1	28.431	18.372
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	-	1.036.346
Contas a receber de partes relacionadas	9	949	705
Tributos a recuperar		2.678	1.878
Despesas antecipadas e outros créditos		1.548	1.525
Não circulante		729.376	42.583
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	27.328	27.595
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	701.948	-
Tributos a recuperar		19	26
Outros créditos		81	100
Imobilizado	10	-	4.321
Intangível	11	-	10.541
Total do Ativo		858.774	1.177.459
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		110.323	111.488
Financiamentos	14	49.833	49.418
Fornecedores	12	28.501	34.530
Imposto de renda e contribuição social		1.627	1.685
Impostos e contribuições a recolher		2.476	2.499
Obrigações sociais e trabalhistas	13	9.519	9.485
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	15.377	11.864
Obrigações com o Poder Concedente		1.115	1.056
Obrigações parceladas	16	622	564
Outras obrigações		1.253	387
Não circulante		688.947	729.655
Financiamentos	14	683.009	722.950
Fornecedores	12	2.602	103
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	62	1.179
Obrigações parceladas	16	313	848
Obrigações sociais e trabalhistas	13	136	61
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	2.825	4.514
Patrimônio Líquido	17	59.504	336.316
Capital social		1.088.000	1.035.000
Reserva de capital		82	-
Prejuízos acumulados		(1.028.578)	(698.684)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		858.774	1.177.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	18	224.392	205.812
Custos dos serviços prestados		(311.438)	(322.205)
Serviços		(130.846)	(132.407)
Depreciação e amortização	10 e 11	(54.092)	(51.926)
Materiais, equipamentos e veículos		(52.512)	(35.896)
Custo com pessoal		(48.343)	(43.370)
Custos contratuais		(17.786)	(16.296)
Custo de construção		(2.272)	(37.844)
Outros		(5.587)	(4.466)
Prejuízo bruto		(87.046)	(116.393)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(124.760)	(129.386)
Despesa com pessoal		(13.431)	(12.726)
Serviços		(10.902)	(8.660)
Depreciação e amortização	10 e 11	(5.498)	(7.553)
Materiais, equipamentos e veículos		(642)	(690)
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017		(73.575)	(30.295)
Multas indedutíveis		(11.126)	(239.643)
Indenização civil		(4.389)	(1.815)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.104)	(1.059)
Campanhas publicitárias, eventos, feiras e informativos		(353)	(44)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	1.689	(845)
Reversão para riscos contratuais	15.1	-	178.535
Reversão para perda esperada - contas a receber e outros créditos		(2)	50
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.427)	(4.641)
Resultado antes do resultado financeiro		(211.806)	(245.779)
Resultado financeiro	19	(119.205)	(65.808)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(331.011)	(311.587)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.1	1.117	5.449
Prejuízo líquido do exercício		(329.894)	(306.138)
Prejuízo líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	17.2	(0,30740)	(0,31054)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(329.894)	(306.138)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(329.894)	(306.138)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital		Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2022		976.000	(60.000)	-	(392.546)	523.454
Prejuízo do exercício		-	-	-	(306.138)	(306.138)
Integralização de capital em 14 de janeiro de 2022		-	60.000	-	-	60.000
Aumento de capital em 15 de setembro de 2022		-	59.000	-	-	59.000
Integralização de capital em 14 de outubro de 2022		59.000	(59.000)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.035.000	-	-	(698.684)	336.316
Prejuízo do exercício	17.2	-	-	-	(329.894)	(329.894)
Aumento de capital em 12 de abril de 2023	17.1	53.000	(53.000)	-	-	-
Integralização de capital em 12 de abril de 2023	17.1	-	53.000	-	-	53.000
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.3	-	-	82	-	82
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.088.000	-	82	(1.028.578)	59.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		(329.894)	(306.138)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(1.117)	(5.449)
Depreciação e amortização	10 e 11	59.590	59.479
Baixa do ativo imobilizado	10	870	182
Juros e variação monetária sobre financiamentos	19	68.710	70.143
Juros sobre obrigações parceladas	19	116	181
Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	15.1	3.245	(175.361)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	2	(50)
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	7.1	73.575	30.295
Remuneração do contas a receber do Poder Concedente	7.1	(60.305)	(58.105)
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(337)	(630)
Comissão de fianças com partes relacionadas	19	5.972	3.692
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	19	-	11
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	17.3	82	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(10.061)	2.358
Contas a receber do Poder Concedente	7.1	284.735	415.898
Contas a receber de partes relacionadas	9	(244)	(647)
Tributos a recuperar		(793)	(826)
Despesas antecipadas e outros créditos		(4)	1.848
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(3.530)	3.310
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.459)	8.167
Obrigações sociais e trabalhistas		109	941
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(674)	(445)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	(4.934)	(2.329)
Obrigações com o Poder Concedente		59	100
Outras obrigações		866	(3.590)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		83.579	43.035
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(6.702)	(1.512)
Adições ao ativo intangível	11	(2.531)	(36.720)
Outros de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	28	39.763
Aplicações financeiras líquidas de resgates		(1.843)	99
Resgate / aplicações (conta reserva)		267	(1.326)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos		(10.781)	304
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	17.1	53.000	119.000
Financiamentos			
Pagamento de principal e juros	21.1	(108.236)	(110.606)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(55.236)	8.394
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		17.562	51.733
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		74.275	22.542
No final do exercício		91.837	74.275
		17.562	51.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas			
Receitas operacionais	18	251.310	229.357
Provisão para perda esperada - contas a receber		(2)	50
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(2.272)	(37.844)
Custos dos serviços prestados		(204.915)	(187.231)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(105.321)	(109.870)
Valor adicionado bruto		(61.200)	(105.588)
Depreciação e amortização	10 e 11	(59.590)	(59.479)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(120.790)	(165.067)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	11.467	8.592
Valor adicionado total a distribuir		(109.323)	(156.475)
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		37.648	35.009
Benefícios		12.943	11.018
FGTS		2.206	1.995
Outras		999	836
Tributos			
Federais		13.798	8.090
Estaduais		284	260
Municipais		20.023	17.124
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		130.626	74.412
Aluguéis		2.044	919
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(329.894)	(306.138)
		(109.323)	(156.475)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 (“contrato de concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no contrato de concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Companhia, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução n.º 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no contrato de concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções n.º 4.700 de 13 de maio de 2015 e n.º 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei n.º 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de n.º 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluídos em junho de 2017.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre os anos de 2016 e 2018, foram aplicados os reajustes tarifários com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão.

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação n.º 1.024 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

Em 14 de setembro de 2020 não ocorreu o reajuste tarifário conforme regras do contrato de concessão, devido a suspensão dos efeitos da deliberação n.º 1.025 de 26 de novembro de 2019, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral.

Os investimentos pactuados no contrato de concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, com o objeto de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

Durante o período de vigência do termo aditivo, houve diversas etapas para a efetiva conclusão da relicitação, período em que a Companhia permaneceu operando o trecho concedido e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A vigência do Aditivo foi de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto n.º 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

A Companhia contratou em favor da ANTT, garantia de execução do contrato, no valor de R\$ 175.000, a preços de maio de 2012 ajustado pelo IPCA.

Adicionalmente a Companhia ficou obrigada a: (i) prestar os serviços nas condições estabelecidas neste termo aditivo e em seus anexos; (ii) observar o prazo de vigência do termo aditivo para fins de celebração, prorrogação, renovação e/ou aditamento de contratos com terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (iii) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio e não realizar operações que configurem remuneração dos acionistas, nos termos do disposto no §4º, do art. 202, da Lei n.º 6.404, de 15 dezembro de 1976; (iv) não reduzir seu capital social; (v) não oferecer novas garantias em favor de terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (vi) não alienar, ceder, transferir, dispor ou constituir ônus, penhor ou gravame sobre bens ou direitos vinculados ao contrato de concessão originário, exceto por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; e (vii) não requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão, entre a Companhia e o Poder Concedente, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para até 12 de março de 2025.

Esse aditivo de prorrogação de prazo aconteceu nessas condições, pois a concessão se encontra em processo de relicitação, tendo expirado o prazo máximo previamente pactuado.

Tendo em vista a ausência de outras disposições contratuais relacionadas, os efeitos contábeis decorrentes deste aditivo são apenas de movimentação ordinária do saldo indenizável, em atenção aos critérios previstos na regulação aplicável.

Em 14 de agosto de 2023, foi aprovado o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) conforme deliberação n.º 249 de 14 de agosto de 2023, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.



As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

a. Revisão contratual extraordinária

Em 6 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo n.º 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do contrato de concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do contrato de concessão.

Após tramitação e desdobramentos do caso em 1ª e 2ª Instância judiciais, em 4 de dezembro de 2019, a Companhia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela Companhia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do contrato de concessão. O processo segue suspensão desde então.

b. Redução Tarifária e Arbitragem

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da deliberação n.º 1025/2019 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo n.º 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da deliberação n.º 1025/2019, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. n.º 1039786-87.2019.4.01.3400). A redução tarifária foi suspensa por meio de decisão liminar proferida pelo TRF da 1ª Região em Agravo de Instrumento. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e apresentação de alegações iniciais, respostas, réplica, e tréplica, foi realizada audiência junto ao Tribunal Arbitral em 8 de março de 2021, e proferida decisão na arbitragem no sentido de manter a decisão proferida na tutela cautelar antecedente, assim como ampliar a tutela cautelar para suspender a exigibilidade das multas aplicadas pela ANTT à Companhia. Em 7 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral deferiu a produção de prova pericial e oral postulada pelas Requerentes. Desde então, houve debate acerca da realização das provas periciais determinadas pelo Tribunal Arbitral.

Em 29 de setembro de 2023, foi apresentada manifestação conjunta pelas partes, requerendo a suspensão do procedimento arbitral pelo prazo de 120 dias. Na sequência, o Tribunal Arbitral suspendeu o procedimento arbitral até 05 de fevereiro de 2024. Em 06 de fevereiro de 2024, as partes apresentaram novamente manifestação conjunta solicitando nova prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias. Em 09 de fevereiro de 2024 o Tribunal prorrogou a suspensão do procedimento arbitral até 06 de agosto de 2024.

c. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da Lei n.º 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do decreto federal n.º 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a concessionária iniciou os trâmites relativos à devolução amigável da concessão, devendo o sistema rodoviário ser submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação n.º 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI n.º 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto n.º 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021, que contempla garantias por parte da Companhia. Posteriormente, foram celebrados os 2º e 3º Termos Aditivos ao contrato de concessão, com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação, bem como passando o término do contrato para até 12 de março de 2025, respectivamente.

Continuam em andamento junto aos órgãos administrativos competentes discussões para eventual solução consensual construída a partir da instituição de Grupo de Trabalho pelo Ministério dos Transportes em 28 de abril de 2023.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a “Relicitação” da Companhia.



2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 3.8. **Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 11. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 15.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 20. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.



3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receita de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da Companhia, à medida que a Companhia tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de indenização.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.



Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).



O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.



O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.14

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.14. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – R1 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.



Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 – R1 / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.15. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública da rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do Estado do Mato Grosso do Sul e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.16. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.



3.17. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23 (IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

3.19. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 (IAS 1);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06 (IFRS 16);
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 14 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos; (2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; e (3) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 14 e 20

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	105.192	100.931	97.275	93.469	789.574
Fornecedores e outras obrigações	29.754	2.602	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	15.377	-	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	1.115	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	16.380	15.483
Aplicações financeiras (a)	75.457	58.792
Total	91.837	74.275

Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	3.955	1.775
Aplicações financeiras (a)	3.955	1.775
Não circulante	27.328	27.595
Conta reserva (b)	27.328	27.595
Total	31.283	29.370

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,74% do CDI, equivalente a 13,20% ao ano (100,60% do CDI, equivalente a 12,50% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2022).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas aos financiamentos (notas explicativas n.º 14)

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	28.431	1.054.718
Contas a receber das operações (a)	28.434	18.373
Provisão para perda esperada - contas a receber (b)	(3)	(1)
Contas a receber do Poder Concedente (c)	-	1.036.346
Não Circulante	701.948	-
Contas a receber do Poder Concedente (c)	701.948	-
Total	730.379	1.054.718

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos do Poder Concedente, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber do Poder Concedente, em função da ausência de histórico de não recebimento; e

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Créditos a receber do Poder Concedente referente a bens reversíveis e indenizáveis, cuja movimentação está abaixo demonstrada:

Bens reversíveis e indenizáveis (a)	2022	2023			
	Saldo inicial	Remuneração	Transferência	Outros (b)	Saldo final
Circulante	1.036.346	38.352	(991.353)	(83.345)	-
Não circulante	-	21.953	991.353	(311.358)	701.948
Total geral	1.036.346	60.305	-	(394.703)	701.948

(a) Indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da devolução antecipada da concessão da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicável. Em função da formalização do TAM n.º 3/2023 que prorrogou o prazo para até março de 2025, houve uma transferência de curto para longo prazo; e

(b) O montante de R\$ 394.703 é composto por: (i) R\$ 73.575 pela estimativa de perda segundo a Lei n.º 13.448/2017, tendo sido aplicada a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente, (ii) R\$ 273.669 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários, calculado após a assinatura do Termo Aditivo n.º 1; (iii) R\$ 11.066 pela atualização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); e (iv) R\$ 36.393 pela transferência para o imobilizado e intangível dos bens reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	730.127	1.054.718
Créditos vencidos até 60 dias	252	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	3	1
Total	730.382	1.054.719

7.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	2023	2022
2025	701.948	-
Total	701.948	-



8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(331.011)	(311.587)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	112.544	105.940
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	(111.203)	(79.497)
Despesas indedutíveis	(150)	(20.874)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(120)	(120)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	46	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.117	5.449
Impostos diferidos	1.117	5.449
Alíquota efetiva de impostos	0,34%	1,75%

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	82.561	84.852
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	460
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	80.304	82.294
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.531	1.068
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	373	978
Provisão para fornecedores	189	-
Programa de gratificação longo prazo	159	45
Provisão para perda esperada - contas a receber	5	7
Compensação de imposto ativo	(82.561)	(84.852)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(82.623)	(86.031)
Capitalização de juros	(78.916)	(81.852)
Custo de transação de financiamentos	(3.707)	(4.179)
Compensação de imposto passivo	82.561	84.852
Impostos passivos após compensação	(62)	(1.179)
Imposto diferido líquido	(62)	(1.179)

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	(1.179)	(6.628)
Reconhecimento no resultado	1.117	5.449
Saldos em 31 de dezembro	(62)	(1.179)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizados testes anuais de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 809.247 (R\$ 275.144 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2023) e em 31 de dezembro de 2022 montante de R\$ 482.179 (R\$ 163.941 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	2	44.537	44.539	10	89.267	89.277
Aplicações financeiras	-	29.639	29.639	-	75.257	75.257
Bancos conta movimento	-	13.951	13.951	-	13.271	13.271
Contas a receber	2	947	949	10	695	705
Outros créditos	-	-	-	-	44	44
Passivo	15.294	83	15.377	11.856	8	11.864
Contas a pagar	15.294	83	15.377	11.856	8	11.864

Transações	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custo / despesas - infraestrutura	-	(5)	(5)	-	(1)	(1)
Custo / despesas - suporte e manutenção tecnologia e engenharia	-	-	-	-	(634)	(634)
Custo / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(67)	(67)	-	-	-
Custo / despesas - prestação de serviço - CSC	-	-	-	(1.919)	-	(1.919)
Custo / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(86)	(86)	-	33	33
Despesas financeiras	-	(950)	(950)	-	(245)	(245)
Despesas de prestação de garantias em emissão de dívidas	(5.972)	-	(5.972)	(3.692)	-	(3.692)
Receitas acessórias na faixa de domínio	-	1	1	-	1	1
Receitas de aplicação financeiras	-	5.595	5.595	-	2.510	2.510
Repasse de custo e despesas - CSC(*)	(15.922)	-	(15.922)	8.175	-	8.175
Repasse de custo e despesas de colaboradores	(145)	(136)	(281)	285	46	331
Imobilizado / intangível	-	-	-	327	188	515

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 18.229 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora CCR S.A.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais chaves da administração

	2023	2022
Remuneração (a):	(649)	2.121
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	-	867
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	649
Reversão/ Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	(649)	574
Previdência privada	-	29
Seguro de vida	-	2

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	-	650

(a) Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR. Em 31 de dezembro de 2022, contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 12 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias	2023	2022
De 0,80% a.a.	(5.972)	(3.692)
Total	(5.972)	(3.692)

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	9.129	3.036	3.777	-	6.659	22.601	-	22.601
Adições	-	-	-	-	-	-	1.512	1.512
Baixas	(4)	(52)	(87)	-	(39)	(182)	-	(182)
Transferências	53	713	711	-	494	1.971	(1.977)	(6)
Depreciação	(1.064)	(8.965)	(3.076)	-	(5.364)	(18.469)	-	(18.469)
Outros	-	(642)	(545)	-	(413)	(1.600)	465	(1.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.114	(5.910)	780	-	1.337	4.321	-	4.321
Qusto	10.942	57.374	22.732	296	36.343	127.687	-	127.687
Depreciação acumulada	(2.828)	(63.284)	(21.952)	(296)	(35.006)	(123.366)	-	(123.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.114	(5.910)	780	-	1.337	4.321	-	4.321
Adições	-	-	-	-	-	-	6.702	6.702
Baixas	(19)	(519)	(138)	-	(194)	(870)	-	(870)
Transferências	(7.031)	11.203	1.800	-	656	6.628	(6.628)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	-	(74)	(74)
Reclassificação do contas a receber do Poder Concedente	-	2.102	63	-	3.609	5.774	-	5.774
Depreciação	(1.064)	(6.876)	(2.505)	-	(5.408)	(15.853)	-	(15.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Qusto	3.825	68.386	23.502	296	39.594	135.603	-	135.603
Depreciação acumulada	(3.825)	(68.386)	(23.502)	(296)	(39.594)	(135.603)	-	(135.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de dezembro de 2023	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)			

(*) Ativo 100% depreciado.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	50.239	873	-	51.112	-	51.112
Adições	-	-	1.219	1.219	37.844	39.063
Transferências	40.479	86	(80)	40.485	(40.479)	6
Amortização	(40.290)	(720)	-	(41.010)	-	(41.010)
Outros	(40.056)	(70)	(1.139)	(41.265)	2.635	(38.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.372	169	-	10.541	-	10.541
Qusto	189.781	10.700	-	200.481	-	200.481
Amortização Acumulada	(179.409)	(10.531)	-	(189.940)	-	(189.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.372	169	-	10.541	-	10.541
Adições	-	-	261	261	2.270	2.531
Transferências	5.538	401	(401)	5.538	(5.538)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	74	-	74	-	74
Reclassificação do contas a receber do Poder Concedente	27.211	-	140	27.351	3.268	30.619
Amortização	(43.093)	(644)	-	(43.737)	-	(43.737)
Outros	(28)	-	-	(28)	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Qusto	222.502	11.175	-	233.677	-	233.677
Amortização Acumulada	(222.502)	(11.175)	-	(233.677)	-	(233.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2023	(*)	(*)				

(*) Intangível 100% amortizado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	28.501	34.530
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	19.228	25.506
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	35	11
Cauções e retenções contratuais	9.238	9.013
Não circulante	2.602	103
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	2.602	103
Total	31.103	34.633

Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Circulante	9.519	9.485
Salários e remuneração a pagar	1.638	1.488
Benefícios, gratificações e participações a pagar	3.000	3.466
Encargos sociais e previdenciários	1.330	1.168
Provisão para férias	3.551	3.363
Não circulante	136	61
Salários e remuneração a pagar	136	61
Total	9.655	9.546

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	Março de 2039	17.013	8.257	577.656	608.834 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	Março de 2039	2.598	1.300	110.123	116.088 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	Março de 2039	2.671	1.347	45.063	47.446 (b) (c) (d)
Total geral					10.904	732.842	772.368

	2023	2022
Circulante	49.833	49.418
Financiamentos	51.145	50.804
Custos de transação	(1.312)	(1.386)
Não Circulante	683.009	722.950
Financiamentos	692.601	733.854
Custos de transação	(9.592)	(10.904)
Total	732.842	772.368

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
(c) Garantia real; e
(d) 100% aval/fiança corporativa da CCR.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2023
2025	48.603
2026	48.603
2027	48.603
2028	48.603
2029 em diante	498.189
(-) Custos de transação	(9.592)
Total	683.009

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo aplicado totaliza R\$ 27.328.

15. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.435	441	1.638	4.514
Constituição	3.294	509	-	3.803
Reversão	(680)	(85)	(16)	(781)
Pagamentos	(4.499)	(435)	-	(4.934)
Atualização de bases processuais e monetária	156	51	16	223
Saldo em 31 de dezembro de 2023	706	481	1.638	2.825

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	9.783	3.318
Trabalhistas e previdenciários	882	204
Total	10.665	3.522

16. Obrigações parceladas

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	564	848	1.412
Atualização monetária	172	(56)	116
Pagamentos	(593)	-	(593)
Transferência	479	(479)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	622	313	935

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2023
2025	313
Total	313

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital Social

Em 12 de abril de 2023, foi aprovado o aumento e integralização do capital social da Companhia no valor de R\$ 53.000, mediante a emissão de 53.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 1.088.000, composta por 1.088.000.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

17.2. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Numerador		
Prejuízo Líquido	(329.894)	(306.138)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	1.073.189	985.814
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,30740)	(0,31054)

17.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Controladora realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Controladora e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Controladora e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no TSR (*total shareholder return*) real da Controladora no período.

A Controladora utiliza o modelo *Black-Scholes-Merton* para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 8.150;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do LN da variação diária das ações da Controladora entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 8.150 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 82.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	251.310	229.307
Receitas de pedágio	179.458	164.251
Receitas de construção (ICPC01 R1)	2.272	37.844
Receitas acessórias	9.275	8.374
Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	60.305	18.838
Deduções das receitas brutas	(26.918)	(23.495)
Impostos sobre receitas	(26.801)	(23.395)
Devoluções e abatimentos	(117)	(100)
Receita operacional líquida	224.392	205.812

19. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(130.672)	(74.400)
Juros sobre financiamentos	(61.081)	(69.379)
Variação monetária sobre financiamentos	(7.629)	(764)
Variação monetária sobre o excedente tarifário	(54.691)	1.517
Comissão de fianças com partes relacionadas	(5.972)	(3.692)
Juros sobre obrigações parceladas	(116)	(181)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(16)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.182)	(1.885)
Receitas financeiras	11.467	8.592
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.288	8.478
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	5
Juros e outras receitas financeiras	178	109
Resultado financeiro líquido	(119.205)	(65.808)

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2023	2022
Ativos	Nível	854.448	1.159.068
Valor justo através do resultado		825.068	1.139.991
Caixa e bancos	Nível 2	16.380	15.483
Aplicações financeiras	Nível 2	79.412	60.567
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	27.328	27.595
Contas a receber do Poder Concedente	Nível 3	701.948	1.036.346
Custo amortizado		29.380	19.077
Contas a receber das operações		28.431	18.372
Contas a receber de partes relacionadas		949	705
Passivos	Nível	(781.690)	(820.308)
Passivos financeiros ao custo amortizado		(781.690)	(820.308)
Financiamentos em moeda nacional (a)		(732.842)	(772.368)
Fornecedores e outras obrigações		(32.356)	(35.020)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(15.377)	(11.864)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.115)	(1.056)
Total		72.758	338.760

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Contas a receber do Poder Concedente – foi mensurado pelo valor justo através do resultado, utilizando a abordagem de custo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	(743.746)	(64.544)	(76.907)	(89.273)
Efeito sobre os financiamentos		(64.544)	(76.907)	(89.273)
Selic	(935)	(110)	(137)	(165)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(110)	(137)	(165)
ODI	107.626	8.451	10.545	12.630
Efeito sobre as aplicações financeiras		8.451	10.545	12.630
Total do efeito de perda		(56.203)	(66.499)	(76.808)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:	TJLP ⁽²⁾	6,5300%	8,1625%	9,7950%
	ODI ⁽³⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%
	Selic ⁽⁴⁾	11,7500%	14,6625%	17,5750%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela BNDES;
- (3) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (4) Taxa de 31/12/2023, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	36.393	2.341
Fornecedores	-	2.343
Contas a receber do Poder Concedente	36.393	-
Tributos a recuperar	-	(2)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(36.393)	(2.341)
Adições ao ativo intangível	-	(2.343)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(36.393)	2

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento.

	Financiamentos	Capital social	Total
Saldo inicial	(772.368)	(1.035.000)	(1.807.368)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	108.236	(53.000)	55.236
Pagamentos de principal e juros	108.236	-	108.236
Integralização de capital social	-	(53.000)	(53.000)
Outras variações que não afetam caixa	(68.710)	-	(68.710)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	(68.710)	-	(68.710)
Saldo final	(732.842)	(1.088.000)	(1.820.842)

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e de RI
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0°S°MS